

## RESOLUÇÃO Nº 73/2014 - REVOGADA

(Publicada no Diário Oficial de 20 e 21/12/2014)

Alterada pela Resolução nº 16/17.

Ver Resolução nº 16/17, que alterou a titularidade da empresa, por incorporação da primeira pela segunda, mantendo-se o prazo de fruição do benefício até 31 de dezembro de 2030.

Revogada pela Resolução nº 034/23.

### Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à CALÇADOS RAMARIM LTDA.

**Nota:** A redação atual da ementa foi dada pela Resolução nº 16, de 02/05/17, DOE de 09/05/17, devido alteração de titularidade da empresa, efeitos a partir de 09/05/17.

**Redação originária, efeitos até 08/05/17:**

*" Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à CALÇADOS RAMARIM NORDESTE LTDA. "*

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM nº 1100130018325,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Conceder à CALÇADOS RAMARIM LTDA., CNPJ nº 88.104.328/0017-66 e IE nº 135.989.087NO, instalada no município de Santo Antônio de Jesus, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**Nota:** A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 16, de 02/05/17, DOE de 09/05/17, devido alteração de titularidade da empresa, efeitos a partir de 09/05/17.

**Redação originária, efeitos até 08/05/17:**

*" Art. 1º Conceder à CALÇADOS RAMARIM NORDESTE LTDA., CNPJ nº 01.726.410/0003-49 e IE nº 120.916.119NO, instalada no município de Santo Antônio de Jesus, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios: "*

**I - Crédito Presumido** - fixa em 99% (noventa e nove por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de calçados, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir de 1º de janeiro de 2015.

**II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS**, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 16 de dezembro de 2014.

**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**

Presidente